



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638392 - SP (2021/0000735-0)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : BRUNO FERULLO RITA  
**ADVOGADO** : BRUNO FERULLO RITA - SP295355  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : PAULO DE JESUS SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO DE JESUS SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0034237-12.2020.8.26.0050).

O paciente cumpre pena num total de 27 anos, 4 meses e 7 dias de reclusão, com término previsto para 18/9/2032, e teve indeferido pelo Juiz da execução o pleito para progressão ao regime semiaberto, ao argumento de que não preencheu o requisito subjetivo.

Interposto agravo em execução perante o Tribunal paulista, a insurgência foi desprovida.

O impetrante sustenta que o paciente faria jus à progressão para o regime semiaberto, haja vista que teria cumprido o requisito objetivo e considerando, ainda, que o laudo criminológico anexado aos autos não traria elementos capazes de afastar a benesse pleiteada, diante das condições pessoais do sentenciado, especialmente em razão da ausência de registro de falta disciplinar em seu desfavor nos últimos anos.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde o julgamento do presente *writ* no regime semiaberto. No mérito, postula a concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto os argumentos utilizados no acórdão impetrado mostram-se, em princípio, concretos e aptos a afastar a benesse pleiteada (fls. 60-64).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente